



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

### QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

| ENTIDADE   | DEPUTADOS PRESENTES   | DATA DA AUDIÊNCIA                                  | CONTATOS |
|--|---|--|----------|
| Associação Nacional do Ramo Automóvel – ARAN<br><ul style="list-style-type: none"><li>➤ Neli Valkanova (Secretária-Geral)</li><li>➤ Afonso Ferreira (Membro dos órgãos sociais)</li><li>➤ Bárbara Coutinho (Departamento Jurídico)</li></ul>   | <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Fernando Virgílio Macedo (PSD)</li><li>➤ Fátima Ramos (PSD)</li><li>➤ Hugo Costa (PS)</li><li>➤ Heitor de Sousa (BE)</li><li>➤ Hélder Amaral (CDS-PP)</li><li>➤ Bruno Dias (PCP)</li></ul>  | 13 de março de 2018<br><br><a href="#">Gravada</a> |          |
| Exposição de Motivos   | Questões colocadas pelos Deputados  |  |          |
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Os representantes da ARAN referiram a questão da concorrência desleal aos operadores economicamente constituídos e o aumento das empresas irregulares. Abordaram também as causas desta situação, como a elevada carga fiscal que recai sobre as empresas e a instabilidade económica. Referiram também a questão dos horários das fiscalizações, que não se realizam a horas em que as empresas fantasma estão em funcionamento, e a possibilidade de atribuir condições às autarquias para identificação de locais de depósito de resíduos que possam indiciar instalação dessas empresas fantasmas. Destacaram também as medidas da resolução aprovada pela Assembleia da República na anterior Legislatura que tiveram efeito prático.</li><li>➤ Fizeram referência à questão da intervenção dos <i>call centers</i> das seguradoras junto dos lesados, que dão tratamento discriminatório às oficinas independentes em relação às oficinas recomendadas e ao facto de os tempos de realização das peritagens serem superiores quando realizadas em oficinas independentes. Informaram também que na oficina</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Deputada Fátima Ramos (PSD) – após cumprimentar os representantes da ARAN, agradeceu os alertas trazidos pela associação, referiu as tentativas do anterior Governo de combate à economia paralela, nomeadamente a obrigatoriedade de pedir a fatura com número de contribuinte, os incentivos criados e a defesa da baixa de impostos para as empresas. Informou fazer bom registo das sugestões sobre fiscalizações, da questão da venda dos salvados e da forma de tratamento pelos <i>call centers</i>. Concluiu, questionando se nos dois últimos anos a ARAN tinha notado alguma melhoria na situação.</li><li>➤ Deputado Hugo Costa (PS) – cumprimentou os representantes da ARAN e realçou a importância deste setor para a economia, lembrou que a questão da economia informal já se colocava havia algum tempo e deu conta das preocupações colocadas pela Comissão à ASAE sobre as fiscalizações. Referiu ainda a necessidade de tentar encontrar forma de resolver a questão da não obrigatoriedade de inserção do número de contribuinte nas faturas e concluiu revelando disponibilidade por parte do seu grupo parlamentar para</li></ul> |  |          |

## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

|   |  |
|---|--|
| <p>recomendada são colocadas peças de origem e na oficina independente a seguradora quer que sejam colocadas peças sem marca, com qualidade mais baixa e de certificação duvidosa.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Realçaram também as dificuldades que as oficinas legais enfrentam em relação aos “biscateiros”.</li><li>➤ Concluíram, abordando a questão do comércio de salvados, com o qual expressaram discordância, e referindo o atraso dos pagamentos das companhias de seguros às oficinas multimarcas.</li></ul> | <p>encontrar, junto com o Governo e os outros grupos parlamentares, as soluções necessárias.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Deputado Heitor de Sousa (BE) – após cumprimentar os representantes da ARAN, afirmou que as questões trazidas refletiam práticas de abuso de poder dominante por parte das seguradoras e defendeu que a denúncia proactiva de situações concretas ajudaria as entidades fiscalizadoras a exercer as suas funções e a Assembleia da República a legislar sobre o falseamento da concorrência no setor automóvel e questionou se a ARAN já tinha denunciado situações concretas às entidades competentes.</li><li>➤ Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) – cumprimentou os representantes da ARAN, referiu que as matérias eram bastante conhecidas, lembrou a audição da ASAE e da associação sindical dos seus funcionários, bem como as consequências para o setor da falta de atuação da ASAE, e quis saber se a ARAN tinha reunido com o Governo, que respostas tinha obtido, e se tinha havido reuniões com a ASAE. Concluiu, reiterando a necessidade da eficácia das inspeções.</li><li>➤ Deputado Bruno Dias (PCP) – cumprimentou os representantes da ARAN e fez referência à recorrência destas questões. Propôs que a Comissão questionasse os ministérios correspondentes em relação à concretização das recomendações constantes da Resolução da Assembleia da República n.º 128/2013, tendo a este propósito referido o trabalho levado a cabo pela Comissão na anterior Legislatura. Concluiu lembrando que o setor tinha sido sujeito, nos últimos tempos, a impostos indiretos, taxas, custos de contexto e burocracia, o que tornava mais fácil a concorrência desleal.</li></ul> |
| <b>O que pretendem ver regulamentado</b>  |  |
| <ul style="list-style-type: none"><li>➤ Defenderam que deveria acabar-se com a fatura passada ao consumidor final e tornar-se obrigatória a identificação fiscal de quem efetua a compra.</li></ul>   |  |



## Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

- Defenderam a realização de ações de fiscalização às empresas irregulares nos horários em que as mesmas estão em atividade.

### Respostas às questões dos Deputados:

- Os responsáveis da ARAN começaram por responder que, apesar de estarem a falar com as diversas entidades, não têm obtido respostas nem resultados.
- Quanto à introdução de benefícios fiscais às empresas, não notaram qualquer melhoria na situação.
- No que toca às denúncias de casos concretos, referiram que as empresas suas associadas denunciam as situações, mas, com medo de perderem a clientela, não entregam documentos.
- Abordaram a questão do pronto-socorro e afirmaram que efetuaram estudos que revelam que o valor pago em Portugal é muito inferior ao que se paga em Espanha, apesar de os custos do combustível serem muito superiores em Portugal.
- Consideraram que seria muito importante para o setor se se conseguisse que o Governo aplicasse as recomendações da Resolução da Assembleia da República n.º 128/2013 e apelaram ao entendimento entre os grupos parlamentares para encontrarem soluções para o setor.
- Concluíram, reiterando a denúncia da situação que se passa com os carros dados como perda total e vendidos para salvados e a sua conexão com o furto de automóveis.

Deputado Fernando Virgílio Macedo  
Vice-Presidente da Comissão